

TRANSFORM
Drug Policy Foundation



Como Regular a **Cannabis**

Um Guia Prático

RESUMO EXECUTIVO

3ª EDIÇÃO
ATUALIZADA E AMPLADA

Transform Drug Policy Foundation

Colocando as drogas sob controle

A Transform é uma instituição independente sem fins lucrativos sediada no Reino Unido que pensa um mundo onde a política de drogas promova a saúde, proteja os vulneráveis e coloque a segurança em primeiro lugar.

Para alcançar esse objetivo, educamos o público e os formuladores de políticas públicas a respeito de políticas de drogas mais eficazes; desenvolvemos e promovemos alternativas viáveis à proibição; damos voz àqueles diretamente afetados por políticas de drogas equivocadas; e apoiamos formuladores de políticas e profissionais na busca por mudanças positivas.

Nosso atual sistema de proibição das drogas é um fracasso para todos. É por isso que acreditamos que as drogas ilegais devem ser legalmente reguladas através de um sistema de licenciamento baseado em avaliação dos riscos.

Além do nosso objetivo de longo prazo, trabalhamos ativamente para apoiar mudanças pragmáticas nas políticas de drogas que podem salvar vidas hoje. Estas incluem a descriminalização e esquemas de diversão¹, centros de prevenção de overdose e verificação de segurança de drogas.

Os danos causados pela política de drogas impactam pessoas em toda a sociedade. Através da nossa campanha *Anyone's Child*, oferecemos oportunidades para que pessoas cujas vidas foram afetadas pelo fracasso da política de drogas sejam ouvidas.

Para obter mais informações:
transformdrugs.org [@transformdrugs](https://twitter.com/transformdrugs)
anyoneschild.org [@anyoneschild](https://twitter.com/anyoneschild)

A Transform Drug Policy Foundation é uma instituição beneficente registrada no Reino Unido (# 1100518) e uma empresa limitada (#4862177)

1 Conjunto de medidas que visam solucionar conflitos criminais fora do sistema formal de aplicação da justiça penal.

Plataforma JUSTA

Por uma política de drogas JUSTA no Brasil

O JUSTA é uma instituição de pesquisa e incidência que atua no campo da economia política da justiça e trabalha pela criação de ferramentas jurídicas e políticas que possam apoiar a reforma das políticas de drogas, a partir de um novo paradigma, que não o da guerra.

Saúde, justiça, economia, segurança, vínculos afetivos e encarceramento são apenas algumas das áreas transversalmente atravessadas pela política de drogas proibicionista, forjada, especialmente no Brasil e na América Latina, por vieses raciais, de gênero e socioeconômicos indissociáveis de seus tão evidentes quanto devastadores efeitos.

Repensar o Brasil de forma séria, honesta e comprometida com um futuro mais digno e justo passa, necessariamente, por repensar o proibicionismo.

O JUSTA tem trabalhado para propor diálogos e convida à construção de novos consensos, comprometidos com a efetiva proteção às diferentes dimensões dos direitos humanos.

É pensando nisso que temos realizado a publicações de obras como a [*Lei de Drogas Interpretada na perspectiva da Liberdade*](#), de nosso diretor Cristiano Maronna, um guia jurídico que propõe uma abordagem interdisciplinar da legislação nacional, baseada em evidências científicas e que assegure a saúde, os direitos humanos e a redução de danos para os usuários, e o [*Guia para Incidência Internacional*](#), publicado em parceria com a Plataforma Brasileira de Política de Drogas, que busca ampliar o conhecimento e estimular a incidência no sistema internacional de controle de drogas da ONU.

Trabalhamos também com a produção de séries audiovisuais, que promovem a aproximação entre a saúde e a justiça, unindo saberes e propondo novos paradigmas para a aplicação da lei de drogas, ancorados

em evidências científicas, como na série [DR.DR - Uma conversa entre a saúde e a justiça](#) ou debatem [Justiça e guerra às drogas](#), por meio de animações, realizadas em parceria.

A publicação em português de *Como Regular a Cannabis: Um Guia Prático* é uma iniciativa do JUSTA que segue o mesmo caminho: novos diálogos, ancorados em evidências.

Há basicamente dois grandes desafios em jogo: a captura corporativa do processo regulatório e a ausência de centralidade da pauta de justiça social e reparação histórica.

Interessa ao JUSTA propor contribuições que contemplem ações econômicas e tributárias afirmativas, tratem de sustentabilidade e desenvolvimento alternativo, de reforma agrária e agricultura familiar, de desencarceramento em massa, memória e verdade, entre outras iniciativas voltadas à redução das desigualdades.

Esperamos que os formuladores de políticas públicas brasileiros levem em conta as melhores evidências a respeito da regulação da cannabis ao redor do mundo para tomar decisões que permitam um avanço com mais acesso a direitos para todos. Uma regulação eficaz, que promova a saúde e a segurança e proteja os vulneráveis.

Este Guia Prático a respeito da regulação da cannabis em português representa uma importante ferramenta para qualificar o debate e pavimentar o caminho para a construção de uma política de drogas JUSTA no Brasil. Sua versão brasileira foi coordenada por Cristiano Maronna, produzida por Luciana Zaffalon, contou com revisão técnica de Luís Fernando Tófoli, tradução de Maria Clara Connolly, colaboração de Taciana Santos de Souza e Renato Filev e apoio de Iuri Rapoport.

Para saber mais:

Justa.org.br [@justaorgbr](https://www.instagram.com/justaorgbr)

Prefácio

As reformas das leis sobre cannabis, incluindo medidas para regular o mercado para uso adulto não medicinal, estão acontecendo em todos os continentes e o ritmo da mudança está acelerando. Em apenas uma década desde que as reformas começaram a se desenrolar nas Américas - Colorado e Washington nos Estados Unidos e o Uruguai na América do Sul logo depois - a regulação da cannabis deixou de ser um conjunto de propostas teóricas de ativistas para se tornar a realidade política dominante em todo o mundo.

Mas enquanto o consenso proibicionista global agora desmorona sob o crescente escrutínio de suas falhas manifestas como paradigma político, um novo debate inevitavelmente surge sobre como substituí-lo. Se vamos legalizar e regular a cannabis, como podemos garantir que o façamos de maneira responsável - implementando políticas que atendam às necessidades de diferentes comunidades e grupos de interesse? Este é o debate que o livro procura informar.

Todos nós podemos concordar com princípios e objetivos políticos amplos; a necessidade de proteger e melhorar a saúde pública - particularmente para os mais vulneráveis; reduzir o crime e a insegurança; proteger os direitos humanos; construir sociedades mais justas e igualitárias; proteger nosso meio ambiente; e garantir o desenvolvimento sustentável. Mas também está claro que diferentes localidades têm diferentes contextos políticos e sociais nos quais a reforma ocorrerá e, dentro disso, diferentes grupos terão diferentes

prioridades que podem frequentemente entrar em conflito com outros.

A guerra global contra as drogas pode, em grande medida, ser vista como um projeto colonial desenvolvido por e no interesse do Norte Global. É o Sul Global que carregou o maior fardo de seu fracasso - e em nenhum lugar isso é mais evidente do que na América Latina, onde grande parte da guerra foi travada e tantas de suas vítimas caíram. Portanto, é vital que a reforma não replique essas falhas em novas formas; que grupos exploradores do crime organizado não sejam simplesmente substituídos por grupos exploradores com interesses corporativos transnacionais. Os contornos de quaisquer novas estruturas de mercado devem ser moldados pelas necessidades e valores das comunidades, e não impostos por grupos hegemônicos globais responsáveis pela ruí­na guerra às drogas.

Esperamos que esta edição em português deste livro possa ajudar a qualificar o debate no Brasil. Originalmente um projeto conjunto entre ONGs do Reino Unido e do México, ele também conta com especialistas de todo o mundo (e foi traduzido para espanhol, alemão, tcheco e indonésio - com outros em andamento). Agora em sua terceira edição, ele incorpora lições de experiências emergentes com reformas legais da cannabis em todo o mundo - muitas das quais a equipe de redação esteve diretamente envolvida. Ele busca informar o debate em andamento no Brasil, sem ser prescritivo; para fornecer uma base para o debate à medida que a reforma passa de uma possibilidade para uma inevitabilidade.

Cristiano Maronna, advogado e Diretor do Justa

Steve Rolles, Analista Senior de Políticas, Transform Drug Policy Foundation

Introdução

Esta é a terceira edição do guia sobre como regular os mercados legais para o uso não terapêutico de cannabis. Ele foi escrito pensando em formuladores de políticas, nos defensores das reformas e nas comunidades afetadas em todo o mundo que estão assistindo a regulação legal da cannabis passar das margens políticas para o foco de atenção. A questão já não é apenas “A cannabis deveria continuar a ser proibida?” ou “Como funcionará a regulação na prática?”, mas “O que podemos aprender com os esforços de legalização empreendidos até o momento?”.

A Transform publicou *Como Regular a Cannabis: Um Guia Prático* pela primeira vez em 2013, pouco depois do Colorado e de Washington terem aprovado iniciativas estatais para legalizar a cannabis e um pouco antes do início das vendas autorizadas. Desde então, o cenário mudou drasticamente. Além de um número cada vez maior de iniciativas estaduais para legalizar a cannabis nos EUA, contando agora com mais de 20 estados, temos visto movimentos de regulação no Uruguai, no Canadá e no México, assim como em Luxemburgo, Suíça, Alemanha, Israel, África do Sul e em jurisdições de todo o Caribe. A Transform está presente desde o início, trabalhando ao lado de sua organização parceira México Unido Contra la Delincuencia e como consultora do Governo do Uruguai para seu modelo proposto de regulação da cannabis. Além disso, a Transform desde então tem sido convidada por outras jurisdições

para oferecer nossa experiência no desenvolvimento de novos marcos políticos para a cannabis.

A reforma está acelerando, estamos nos aproximando rapidamente de meio bilhão de pessoas que vivem em jurisdições que regularam a cannabis. As lições emergentes desses novos mercados legais foram incorporadas ao longo desta terceira edição atualizada e expandida, incluindo novas seções detalhadas sobre programas de equidade social, exclusão de antecedentes criminais e como mitigar os riscos da captura corporativa.

A Transform, trabalhando com parceiros internacionais, produziu este guia para ajudar aqueles que estão engajados com a política de cannabis a enfrentarem os principais desafios práticos envolvidos no desenvolvimento e implementação de uma abordagem regulatória eficaz que opere por um mundo onde a política de drogas promova a saúde, proteja os vulneráveis e coloque a segurança em primeiro lugar.

- **A seção 1** fornece as **bases conceituais** para uma abordagem regulatória responsável.
- **A seção 2** aborda os **detalhes de como regular** os vários aspectos de um mercado de cannabis, incluindo os principais desafios e recomendações gerais de melhores práticas.
- **A seção 3** concentra-se em **questões específicas relacionadas à cannabis** que são paralelas a questões mais amplas de regulação do mercado, em nível nacional e internacional.

O debate em torno da legalização e regulação da cannabis tem sido uma discussão constante desde que a droga foi proibida pela primeira vez. Ocorre que ela finalmente está se aproximando do fim. O apoio à abordagem punitivista rapidamente se contrai, enquanto o apoio global à reforma pragmática ganha espaço na arena pública e política.

Uma lição fundamental dos esforços pela legalização é a importância de agir cedo. Se os marcos regulatórios não forem projetados para impedir a captura corporativa e promover o acesso equitativo ao mercado desde o início, os reguladores provavelmente enfrentarão uma difícil batalha no futuro. Por esse motivo, pedimos às jurisdições reguladoras que deem atenção às mensagens deste guia e pensem cuidadosamente sobre como construir o tipo de política de cannabis que atenda às promessas feitas em apoio à reforma. Esperamos que a discussão detalhada neste guia forneça uma orientação para garantir que a legalização da cannabis funcione a favor de todos.



Objetivos e opções políticas

Ao invés dos objetivos ideológicos ou políticos vagos da proibição, identificamos os seguintes objetivos para uma política pública de cannabis eficaz:

- Respeitar, proteger e promover os direitos humanos
- Proteger e promover a saúde pública
- Promover a equidade social, melhorar as oportunidades de desenvolvimento e garantir que as comunidades mais impactadas pela proibição sejam incluídas no planejamento das políticas públicas
- Reduzir a criminalidade, a corrupção e a violência associadas a oferta de drogas
- Proteger a formulação das políticas públicas da influência corporativa excessiva
- Limitar os incentivos à obtenção de lucros impulsionados pelo consumo problemático
- Proteger os jovens e vulneráveis de possíveis danos
- Incorporar indicadores claros de resultados, medidas de sucesso e processos de avaliação

As diversas opções políticas para a regulação da cannabis compõem um espectro que vai desde a proibição (que pode ser aplicada de forma mais ou menos severa), incluindo vários modelos regulatórios que envolvem diferentes níveis de intervenção do governo até livres mercados, essencialmente não regulados. Os modelos regulatórios que ocupam o meio termo no espectro da política de drogas – entre os extremos da proibição absoluta e dos livres mercados não regulados – parecem mais bem posicionados para atingir os objetivos delimitados acima.

As opções em ambos os extremos do espectro envolvem mercados essencialmente não regulados, controlados por empresários ou organizações criminosas, nos quais os governos perdem a capacidade de intervir e garantir que quaisquer objetivos sejam alcançados. Por outro lado, sob sistemas de regulação, a intervenção do governo pode assumir diferentes formas.

Como Regular a Cannabis: Um Guia Prático está organizado em capítulos que exploram cada área da regulação e as potenciais ferramentas regulatórias disponíveis. Essa análise é baseada em evidências das áreas políticas relacionadas - em particular do álcool, tabaco, drogas farmacêuticas e modelos existentes de regulação da cannabis terapêutica e não terapêutica. O guia discute as principais preocupações e desafios em torno da reforma da política de cannabis, desde a produção, os impostos e a potência, até os antecedentes criminais, a captura corporativa e a equidade social.

Os principais temas elaborados neste guia são:

- **Mitigar os riscos do excesso de comercialização** - A história dos mercados legais de drogas está repleta de exemplos de interesses comerciais que se sobrepõem às prioridades de saúde pública. Os reguladores devem aprender com essa experiência e garantir que o comércio legal de cannabis não seja suscetível a semelhante manipulação da indústria.
- **Priorizar a justiça social na concepção e implementação de políticas** - As políticas não devem apenas garantir que os benefícios das reformas sejam compartilhados de forma justa e que as desigualdades do passado não sejam reproduzidas, mas também que o legado tóxico da guerra às drogas seja abordado, excluindo registros criminais assim como garantindo a participação e investimento em comunidades desproporcionalmente afetadas.

- **Colocar a ciência de volta no centro do processo de formulação de políticas** - Ao invés de ser ditada por compromissos ideológicos ou preocupações políticas, a política da cannabis deve ser construída com base em evidências que minimizem os danos potenciais e maximizem os benefícios possíveis associados à produção e ao uso.
- **Errar do lado da cautela** - A regulação da cannabis deve ser mais, e não menos, restritiva, pelo menos no início. Novamente, como demonstra a experiência com álcool e tabaco, as tentativas de “engenharia reversa” – partindo de estruturas regulatórias bem estabelecidas e culturalmente incorporadas, a fim de torná-las mais restritivas depois – provavelmente serão problemáticas devido à resistência da indústria.

O detalhamento prático da regulação

a Produção

- A regulação da produção deve ter dois objetivos principais: garantir a segurança e a qualidade dos produtos através de testes, avaliação e supervisão adequadas dos processos de produção e garantir a segurança dos sistemas de produção, a fim de evitar o desvio para mercados ilícitos não regulados.
- A produção legal de cannabis pode assumir diferentes formas - em menor escala, através do cultivo doméstico ou dos chamados “clubes sociais de cannabis”, ou em maior escala, através de entidades comerciais sujeitas a diferentes níveis de supervisão governamental. Cada modelo tem seus próprios desafios, mas a maioria já está em funcionamento em diferentes lugares do mundo, demonstrando boas e más práticas em termos de equidade social e sustentabilidade.
- À medida que os modelos de mercado passam da produção interna para o comércio internacional, é importante que a regulação seja considerada sob a ótica do desenvolvimento sustentável; os impactos das reformas da cannabis no desenvolvimento das regiões produtoras tradicionais não devem ser esquecidos.

b Preço

- Os controles de preços são uma ferramenta importante e flexível para influenciar a dinâmica de um mercado legal de cannabis, mas devem ser empregados com cautela, a fim de reduzir o risco de ter impactos imprevisíveis ou negativos do mercado.
- Os controles de preços terão que equilibrar prioridades muitas vezes conflitantes - por exemplo, não encorajar o consumo (mantendo os preços mais altos) versus a necessidade de reduzir o tamanho dos mercados ilegais (mantendo os preços mais baixos).
- Será fundamental uma avaliação cuidadosa da política de preços, com respostas moldadas pelas lições aprendidas, mudanças nos padrões de uso e prioridades locais.

c Taxação

- Há uma série de maneiras pelas quais a receita tributária pode ser gerada dentro de um mercado legal de cannabis, mas todas elas devem funcionar de forma a apoiar, em vez de minar, os objetivos políticos mais amplos discutidos acima.
- O valor total da receita gerada dependerá do modelo de taxação adotado e do tamanho do mercado tributável. Variações potenciais em ambos os aspectos, ao longo do tempo, dificultam as previsões.
- A maximização das receitas fiscais não deve ser um motor fundamental da política; as receitas fiscais devem ser vistas mais como um bem-vindo benefício adicional.
- Um sistema baseado na tributação da produção e das vendas - sendo o conteúdo em peso de THC (a substância psicoativa na cannabis) a unidade tributável - é um ponto de partida

razoável para discussão, mas os modelos terão de se adequar às necessidades e aos aspectos práticos dos ambientes políticos locais e dos marcos fiscais existentes.

- Direcionar os impostos de cannabis para programas sociais é uma proposta politicamente interessante, mas que, na prática, pode enfrentar desafios.

d Preparações (e formas de consumo)

- Dado que a cannabis pode ser preparada de diferentes formas e pode ser consumida de várias maneiras, os modelos regulatórios precisarão ser projetados pensando os padrões locais de consumo.
- Os riscos do consumo de cannabis são afetados pela forma de preparação, dosagem, potência e formas de uso. A regulação pode reduzir esses riscos, promovendo o uso de produtos mais seguros, em particular aqueles que são menos potentes; incentivando formas de consumo mais seguras, especialmente aquelas que não implicam fumar, como o uso de vaporizadores; e fornecendo ambientes mais seguros para o consumo de cannabis.

e Força e Potência

- A natureza da potência da cannabis difere da potência das bebidas alcoólicas porque a cannabis inclui mais de um princípio ativo (cujas quantidades podem afetar a experiência subjetiva e o risco) e pode ser consumida de diferentes maneiras (que afetam o tempo do começo do efeito, a duração do efeito e a exposição total).

- Os riscos relacionados à potência podem ser reduzidos por meio de testes e monitoramento de produtos, rotulagem clara e precisa, varejo responsável e educação sobre riscos relacionados à potência e uso responsável.
- É provável que essa combinação de intervenções seja mais eficaz e menos problemática do que as tentativas de impor limites de potência arbitrários - particularmente caso os limites forem muito restritivos.

f Embalagem

- O objetivo principal da embalagem deve ser garantir que sejam à prova de crianças, a fim de minimizar os riscos de ingestão acidental.
- A embalagem também deve ser inviolável, exibir um nível adequado de informações sobre o conteúdo e a segurança do produto, assim como preservar o frescor e a qualidade do mesmo.
- A regulação das embalagens de produtos de cannabis deve considerar as lições aprendidas com erros políticos em relação à regulação de embalagens de álcool e tabaco, ambas historicamente concebidas para incentivar ou aliciar o uso, em especial entre os jovens.
- A tecnologia de embalagem estabelecida para alimentos e drogas farmacêuticas pode ser facilmente adaptada para atender às necessidades das embalagens de cannabis.
- Devem ser previstos requisitos de sustentabilidade ambiental.

g Fornecedores

- Como guardiões do acesso à cannabis, é importante que os fornecedores estejam sujeitos à regulação que garanta que a droga seja disponibilizada da forma mais segura e responsável possível.
- Os fornecedores devem, portanto, contar com licenças de vendas, concedidas (ou revogadas) considerando se os controles de acesso (em especial os controles de acesso por idade) são devidamente aplicados e se são fornecidas informações suficientes sobre o produto e a segurança ou outras orientações aos compradores.
- As prioridades comerciais podem prejudicar a prática de varejo responsável, portanto, para que este seja eficaz, as estruturas de licenciamento precisam ser vigorosamente aplicadas e o treinamento dos vendedores deve ser obrigatório.
- Os objetivos de equidade social devem ser incorporados na legislação inicial, com políticas de licenciamento que promovam o acesso ao mercado para comunidades desproporcionalmente afetadas e pequenas empresas, apoiadas por treinamento e assistência técnica e financeira para evitar a captura corporativa e garantir um mercado diversificado.

h Consumidores

- Os controles do consumo incluem controle de idade, controle sobre compras no atacado (ou seja, racionamento de vendas) e controle sobre quando e onde a cannabis pode ser consumida.
- A definição do limite de idade para acesso à cannabis será determinada pelas necessidades locais, mas 18 anos parece estar de acordo com as restrições de idade para acesso ao álcool e ao tabaco em muitos lugares. Limites de idade terão de ser bem

aplicados para que sejam eficazes, devendo também ser apoiados por intervenções de prevenção e educação baseadas em dados concretos.

- Os controles sobre os locais permitidos para fumar/vaporizar cannabis devem espelhar aqueles que existem atualmente para o tabagismo/vaporização pública.

i Pontos de Venda

- Controles para os pontos de venda físicos - em termos de localização, horário de funcionamento, aparência e densidade geográfica - devem equilibrar a necessidade de estabelecer uma oferta que satisfaça a demanda dos adultos e reduza o mercado ilícito, evitando simultaneamente o excesso de comercialização em certos locais e os potenciais aumentos subsequentes do uso.
- A aparência dos pontos de venda físicos deve ser funcional em vez de promocional.
- Os controles dos locais que permitem o consumo *in loco* - que devem oferecer um ambiente confortável e acolhedor - devem se concentrar na sinalização externa e na exposição interna do produto.
- Pontos de venda digitais exigirão mecanismos de supervisão e licenciamento regulatórios específicos - mas operarão dentro dos mesmos princípios regulatórios que se aplicam a fornecedores, propaganda etc.

j Publicidade

- Experiências com álcool e tabaco demonstram que o marketing pode ser usado para aliciar, promover o consumo e incentivar comportamentos de uso arriscados, mas também demonstra claramente que controles rigorosos podem efetivamente mitigar esses efeitos.
- A proibição abrangente de todas as atividades de marketing (conforme descrito na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde) deve ser aplicada. É provável que proibições parciais da propaganda e publicidade sejam muito menos eficazes, dado que as empresas de tabaco, quando sujeitas a tais proibições, mantiveram o seu nível de gastos com promoção, simplesmente desviando mais dinheiro para as atividades publicitárias que ainda eram permitidas.

Principais Desafios

a Antecedentes criminais

- Antecedentes criminais geram um estigma duradouro, reduzindo as oportunidades de emprego e de vida.
- A exclusão de antecedentes criminais por delitos que agora são legais é vital para corrigir o legado tóxico da proibição, reconhecer injustiças passadas e reparar o fardo desproporcional de danos carregados por comunidades marginalizadas.
- Um processo de exclusão automática e total de registros criminais deve ser previsto na legislação no início de qualquer processo de regulação e reforma, e deve ser responsabilidade da autoridade competente, não dos indivíduos afetados.

b Captura corporativa

- A captura corporativa do processo político e o surgimento de monopólios corporativos prejudicam o desenvolvimento eficaz de legislação de saúde pública e a realização dos objetivos de justiça social e sustentabilidade ambiental.
- Os riscos de captura corporativa podem ser mitigados através da construção de políticas de licenciamento equitativas previstas na legislação desde o início; da restrição do número de licenças de

varejo ou produção disponíveis para uma determinada entidade corporativa; da limitação da participação de atores da indústria do álcool e tabaco em mercados emergentes de cannabis; do estabelecimento de mecanismos para monitorar o lobby corporativo; e da garantia de que haja coordenação internacional para certificar que o comércio legal emergente de cannabis apoie os objetivos de desenvolvimento sustentável.

C Condução de veículo automotor prejudicada pela cannabis

- Os riscos associados à condução de veículo automotor prejudicada para os passageiros, o condutor e outros usuários da via pública justificam a sua designação como uma infração específica, assim como uma hierarquia de sanções legais para os infratores - com recursos destinados a educar o público sobre os riscos e as consequências legais.
- Testar os níveis sanguíneos precisos de THC em campo é difícil, e a relação entre os níveis sanguíneos de THC e o comprometimento é menos clara do que a relação equivalente para o álcool, dificultando a aplicação das normas legais.
- Diante desse problema, recomendamos uma política centrada em padrões baseados nos efeitos psicoativos. Testes de fluido corporal só devem ser realizados para estabelecer o uso recente após o registro de uma ocorrência criminal de condução de veículo automotor ou uma vez que a evidência do comprometimento tenha sido derivada de um teste de sobriedade padronizado e validado para o comportamento induzido por cannabis.
- O limiar de THC no sangue a partir do qual se pode razoavelmente presumir que um motorista tenha usado cannabis recentemente deve ser determinado pelas melhores evidências disponíveis

no momento. Atualmente, a literatura científica sugere que aproximadamente 7-10 nanogramas de THC por mililitro de sangue seriam um ponto razoável para a definição desse limite.

- O uso combinado de álcool e cannabis apresenta um risco de segurança muito maior e deve ser abordado através da imposição de limiares mais baixos para ambos.
- Limites de tolerância zero para THC no sangue que gerem sanções automáticas devem ser evitadas, pois podem causar a criminalização equivocada de condutores cujas habilidades não estão prejudicadas.

d A interação de sistemas regulatórios para o uso terapêutico e não terapêutico da cannabis

- É importante fazer uma distinção clara entre os desafios políticos e regulatórios relacionados aos produtos terapêuticos e não terapêuticos de cannabis, de modo que os processos paralelos e sobrepostos de pesquisa e desenvolvimento de políticas proporcionem sinergias em vez de se atrapalharem.
- Os dois temas foram frequentemente confundidos e, embora isso tenha sido útil em alguns contextos políticos, essa abordagem também acarreta riscos práticos e políticos. A menos que haja uma razão específica para explorar os cruzamentos entre ambas as pautas, sugerimos separá-las, tanto quanto possível.

e Canabinoides Sintéticos

- Pouco se sabe sobre o número crescente (mais de 100) dos canabinoides sintéticos (novas substâncias psicoativas que imitam alguns efeitos da cannabis) e os produtos não regulados

que os contêm, mas frequentemente são muito potentes e mais perigosos do que a cannabis.

- Em um sistema de regulação legal da cannabis, os canabinoides sintéticos não deveriam ser disponibilizados legalmente para fins não terapêuticos. No entanto, o porte não deve estar sujeito a sanções, e respostas adequadas de redução de danos e tratamento devem ser disponibilizadas.
- O surgimento do mercado de canabinoides sintéticos foi alimentado pela proibição da cannabis e será significativamente impactado pelo fim da proibição da cannabis.

f Turismo Canábico

- O potencial da regulação da cannabis levar ao aumento do turismo ou trânsito transfronteiriço entre jurisdições que a regularam e as proibicionistas é um problema real, embora amplamente exagerado.
- O turismo canábico é relativamente não-problemático e pode trazer benefícios econômicos para o destino.
- O trânsito transfronteiriço localizado é um problema maior, particularmente dentro de federações com fronteiras abertas entre jurisdições com diferentes modelos jurídicos (especialmente os EUA e a UE), mas que deve ser gerido de forma pragmática ao invés de restrições pesadas de acesso ao mercado ou de uma fiscalização cara e provavelmente contraproducente das fronteiras.
- É provável que isso continue a ser um problema marginal e localizado que diminuirá ao longo do tempo, à medida que mais jurisdições trabalhem para regular a cannabis.

g Cannabis e as Convenções de drogas das Nações Unidas

- O sistema desatualizado, inflexível e contraproducente do controle global de drogas - na forma das três convenções de drogas da ONU e suas agências relacionadas - tem mais de 50 anos e há muito necessita de reformas que o tornem “adequado ao propósito”.
- Na sua forma atual, os mercados regulados de cannabis não terapêutica são proibidos, mas o desejo de um número crescente de estados de explorar tais mercados tem impulsionado o debate.
- Mecanismos para reformar os tratados de drogas da ONU - como emendas, alterações ou substituição - já estão em vigor, mas podem ser vetados por estados membros proibicionistas.
- Será necessária uma ação unilateral ou ações coordenadas entre países que pensem a reforma de forma parecida para garantir que a questão receba a atenção adequada. Existem opções para que os Estados se retirem de um ou mais tratados; retirem-se e voltem fazendo reservas sobre artigos específicos; explorem opções *inter se* para reformar os tratados entre Países que pensam de forma parecida; ou passar temporariamente ao *status* de “não conformidade respeitosa” ao mesmo tempo que exploram opções para reformas multilaterais.
- Todas as opções disponíveis para os Estados-membros que aplicaram reformas apresentam desafios legais e diplomáticos complexos e acarretam custos políticos reais (embora decrescentes). No entanto, apesar da inércia diplomática e institucional, é claro que os fracassos da proibição da cannabis agora trabalham a favor da reforma, tanto em nível nacional como multilateral.

Este livro pode ser comprado em versão impressa ou baixado gratuitamente em transformdrugs.org

Como Regular a **Cannabis**: Um Guia Prático

3ª EDIÇÃO

Esta é a terceira edição do nosso guia sobre como regular os mercados legais para o uso não terapêutico de cannabis. Ele foi escrito pensando em formuladores de políticas públicas, nos defensores das reformas e nas comunidades afetadas em todo o mundo que estão assistindo à regulação legal da cannabis passar das margens políticas para o foco de atenção. A questão já não é apenas “A cannabis deveria continuar a ser proibida?” ou “Como funcionará a regulação na prática?”, mas “O que podemos aprender com os esforços de legalização empreendidos até o momento?”

Desde que este livro foi publicado pela primeira vez em 2013, o cenário político da cannabis mudou drasticamente, com várias jurisdições tendo desenvolvido ou implementado modelos de mercados regulados para o uso não terapêutico da cannabis. Ao longo da última década, a Transform foi convidada por governos para fornecer sua experiência como consultora e apoiar o estabelecimento de novos marcos políticos.

Esta nova edição atualizada e expandida baseia-se na experiência de campo da Transform e em evidências emergentes desses novos mercados legais de cannabis. Ela inclui novas seções detalhando programas de equidade social, a exclusão de antecedentes criminais passados e mitigação dos riscos de captura corporativa.

Este livro traz orientações para todos os interessados na política de cannabis sobre os principais desafios práticos para o desenvolvimento e implementação de uma abordagem regulatória eficaz destinada a lutar por um mundo onde a política de drogas promova a saúde, proteja os vulneráveis e coloque a segurança em primeiro lugar.

A edição brasileira do guia é uma iniciativa do JUSTA, coordenada por Cristiano Maronna, produzida por Luciana Zaffalon e que contou com revisão técnica de Luís Fernando Tófoli, tradução de Maria Clara Connolly, colaboração de Taciana Santos de Souza e Renato Filev e apoio de Iuri Rapoport.

Acesse aqui a versão completa do guia em português:

